

09/01/2017 - 05:00

Déficits em conta corrente e Argentina

Por **Luiz Carlos Bresser-Pereira**

Populismo cambial combinado com austeridade fiscal é o destino das políticas liberais nos países que enfrentam a doença holandesa.

O presidente da Argentina, Mauricio Macri, há um ano no poder, demitiu seu ministro da Economia, Alfonso Prat-Gray. Foi uma reação à política liberal que ele próprio adotou, e que apenas agravou o quadro da economia argentina: a inflação subiu de 25 para 42% devido à depreciação cambial no momento da mudança de governo, mas como era de se esperar o peso já está voltando a se apreciar; o país voltou a incorrer em déficit em conta corrente; as empresas industriais perderam competitividade e a produção industrial caiu 5%; a economia, que crescia moderadamente, entrou em recessão, esperando-se queda do PIB de 2,4% em 2016; o índice de pobreza aumentou para 32% e o governo proibiu que essa estatística continuasse a ser publicada.



Os maus resultados eram previsíveis. Da mesma forma que acontece com o Brasil e os outros países que sofrem da doença holandesa, o liberalismo econômico é incompatível com o crescimento da economia. Só não será se acreditarmos que esses países podem, ao mesmo tempo, se desindustrializar e crescer mais rapidamente do que os países ricos, realizando, assim, o alcanceamento (catching up).

Hoje vemos o presidente argentino frustrado. Ele pagou caro aos "fundos abutres" para recuperar o crédito internacional; a Argentina já está incorrendo no desejado déficit em conta corrente, e o peso já está voltando a se apreciar

A Austrália é uma exceção, mas lá isso só foi possível porque antes disso o país já se havia industrializado com apoio do Estado, e porque os salários na mineração de ferro são tão ou mais altos do que os na indústria.

Eu previ o fracasso do liberalismo econômico na Argentina em 2010, quando a presidente Cristina Kirchner procurava fazer um acordo com os fundos credores do país, para poder voltar a se endividar em moeda estrangeira. Naquele ano recebi um telefonema de uma jornalista que estava na Argentina fazendo uma reportagem. Queria saber como eu estava vendo a economia argentina naquele momento. Eu a surpreendi dizendo-lhe, que, se a presidente lograsse fazer o acordo e a Argentina voltasse a ter crédito, o peso se apreciaria por uma razão muito simples, mas pouco conhecida: porque existe uma correlação direta entre a taxa de câmbio e o saldo (deficit ou superavit) em conta corrente.

Nem políticos formados no desenvolvimentismo clássico, como Cristina Kirchner, nem os formados no liberalismo econômico, como Mauricio Macri, sabem disso. Por isso acreditam na política de crescimento com endividamento externo (que chamam "poupança externa"). Mas essa é uma política populista e dependente: populista porque a moeda nacional mais apreciada significa rendimentos (salários, juros, dividendos, aluguéis) mais altos para todos e maior consumo, não maior investimento, mesmo que o dinheiro estrangeiro entre no país como investimento direto; dependente, porque o déficit em conta corrente legitima os investimentos diretos das empresas multinacionais.

A verdadeira legitimidade das empresas multinacionais está na tecnologia que trazem, ou na abertura dos mercados de outros países, mas sabemos quão "econômicas" elas são nesses dois pontos. A entrada líquida de capitais somente se justifica nos raros momentos em que o país já está crescendo aceleradamente, de forma que a valorização cambial que

Esta explicação para os problemas que neste momento enfrenta a Argentina está baseada na macroeconomia novo-desenvolvimentista que economistas brasileiros e argentinos vêm desenvolvendo nos últimos anos. O desenvolvimentismo clássico ou estruturalismo cepalino teve o mérito de definir o desenvolvimento econômico como mudança estrutural, ou seja, como industrialização. Mas os desenvolvimentistas clássicos não conheciam a doença holandesa e não tinham uma teoria sobre a determinação da taxa de câmbio. Por isso, para promoverem o desenvolvimento de seus países, agiam de maneira pragmática ou ad hoc.

Eles sabiam que, uma vez esgotado o desenvolvimento via exportação de commodities, desenvolver o país significava industrializá-lo, e tomavam as medidas que pareciam dar resultados, geralmente as identificando como "política industrial": tarifas de importação elevadas, controles quantitativos de importação, subsídios de vários tipos, taxas múltiplas de câmbio, política de minidesvalorizações. Ao fazerem isto pensavam estar usando o argumento da "indústria infante", de Alexander Hamilton e Friedrich List, mas esta era apenas uma parte da verdade. De fato, essas políticas funcionavam também porque neutralizavam a doença holandesa e tornavam competitiva a indústria.

Em torno de 1990 os países latino-americanos mudaram seu regime de política econômica do desenvolvimentismo para o liberalismo econômico. Ao fazerem isso, os mecanismos pragmáticos que neutralizavam a doença holandesa, embutidos no sistema comercial e financeiro, foram desmantelados sem que os policymakers se apercebessem disso, e suas empresas industriais passaram a ter grande desvantagem competitiva, desde que não fossem meras maquiladoras. A desindustrialização desencadeou-se, e os países latino-americanos deixaram de fazer o catching up.

Hoje vemos o presidente argentino frustrado. Ele pagou caro aos "fundos abutres" para recuperar o crédito internacional; a Argentina já está incorrendo no desejado déficit em conta corrente, e o peso já está voltando a se apreciar. Vemos, mais uma vez, o populismo cambial combinado com a austeridade fiscal. Esse é o destino dos governos liberais. Já os governos desenvolvimentistas têm uma vantagem: não acreditam que o mercado seja tão eficiente como supõem os liberais, mas sofrem igualmente a tentação do populismo cambial e do populismo fiscal. Não surpreende, portanto, que a Argentina, como os demais países latino-americanos, não pare de ficar para trás em relação aos países do leste da Ásia, que raramente incorrem em déficits em conta corrente.

Luiz Carlos Bresser-Pereira professor emérito da FGV, foi ministro da Fazenda e da administração federal